



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº _____, de 2024 (Do Sr. Darci de Matos)

Apresentação: 09/09/2024 14:52:27.070 - Mesa

REQ n.3470/2024

Requer regime de urgência para apreciação do PLP nº 121/2024.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **regime de urgência** para apreciação do **PLP nº 121/2024**, que “institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), destinado a promover a revisão dos termos das dívidas dos Estados e do Distrito Federal com a União firmadas no âmbito das Leis nºs 8.727, de 5 de novembro de 1993, e 9.496, de 11 de setembro de 1997, das Leis Complementares nºs 159, de 19 de maio de 2017, 178, de 13 de janeiro de 2021, e 201, de 24 de outubro de 2023, e da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, e prevê instituição de fundo de equalização federativa”.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2024.

Deputado Darci de Matos (PSD/SC)





Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) **(Do Sr. Darci de Matos)**

Requerimento de Urgência ao PLP nº 121/2024, que “institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), destinado a promover a revisão dos termos das dívidas dos Estados e do Distrito Federal com a União firmadas no âmbito das Leis nºs 8.727, de 5 de novembro de 1993, e 9.496, de 11 de setembro de 1997, das Leis Complementares nºs 159, de 19 de maio de 2017, 178, de 13 de janeiro de 2021, e 201, de 24 de outubro de 2023, e da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, e prevê instituição de fundo de equalização federativa”.

Assinaram eletronicamente o documento CD242169391000, nesta ordem:

- 1 Dep. Darci de Matos (PSD/SC)
- 2 Dep. Raimundo Santos (PSD/PA)
- 3 Dep. Elmar Nascimento (UNIÃO/BA) - LÍDER do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD *-(P_113862)
- 4 Dep. Romero Rodrigues (PODE/PB) - LÍDER do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE *-(P_7398)

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

